

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Aos dezoito de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 14h30min, foi realizada à Rua São Bento
2 nº 405, Edifício Martinelli, 15º Andar, Sala 154 - Auditório, a **48ª Reunião Extraordinária do**
3 **Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**, com transmissão ao vivo via YouTube,
4 conforme a Portaria nº 17 complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G; **Pauta da**
5 **reunião: 1.** Comunicações Gerais; **2.** Deliberação das indicações do CMPU para FUNDURB,
6 FMSAI, CIMPDE e CMPT; **01)** O Presidente suplente, José Armênio de Brito Cruz, iniciou a
7 reunião às 14h30min, cumprimentando as Conselheiras e os Conselheiros, dando
8 prosseguimento a pauta; **02)** Em relação ao primeiro item de pauta, foi lida pelo representante
9 titular da FAU-USP, Sr. Nabil Georges Bonduki, uma Moção de recomendação de veto de
10 dispositivos críticos ao desenvolvimento urbano da cidade referentes à lei aprovada pela
11 Câmara Municipal em 21/12/2023 (PL 586/23), após a sua leitura e manifestação de apoio por
12 parte dos representantes da Sociedade Civil do CMPU ficou acordado com o plenário o
13 encaminhamento do referido documento e dê sua Nota Técnica, constando as entidades e
14 representantes que subscrevem os referidos documentos, para o Gabinete do Prefeito; **03)** Em
15 relação ao segundo item de pauta, sobre as indicações do CMPU para o FUNDURB, foram
16 apresentadas as inscrições dos (as) conselheiros(as) Eduardo Della Manna, Benedito Roberto
17 Barbosa, Simone Salles de Oliveira Chaves, José André de Araujo, Jefferson Carlos da Silva,
18 Rodrigo Faria Gonçalves Lacovini e Angeli Franco Nobre; após consenso, foi aprovada a
19 Resolução SMUL.ATECC.CMPU/001/2024 com as seguintes indicações: Titular 1: SIMONE
20 SALLES DE OLIVEIRA CHAVES, Suplente 1: RODRIGO FARIA GONÇALVES IACOVINI; Titular 2:
21 JOSÉ ANDRÉ DE ARAUJO; Suplente 2: ANGELI FRANCO NOBRE; **04)** Sobre as indicações do
22 CMPU para o Conselho Gestor do FMSAI, foram apresentadas as inscrições dos(as)
23 conselheiros(as) Severina Ramos do Amaral da Silva, Veronica Kroll e Marilene Ribeiro de
24 Souza; após consenso, foi aprovada a Resolução SMUL.ATECC.CMPU/002/2024 com as
25 seguintes indicações: Titular: VERONICA KROLL; Suplente: SEVERINA RAMOS DO AMARAL DA
26 SILVA; **05)** Sobre as indicações do CMPU para o CIMPDE, foram apresentadas as inscrições
27 dos (as) conselheiros (as) Eduardo Della Manna, Benedito Roberto Barbosa, José de Jesus
28 Ferreira da Silva, Ana Paula Lima, Fábio Jorge Benini Cabral, Viviane Silva dos Reis, Thaline
29 Nunes Rocha e Durval Nicolau Tabach; após consenso, foi aprovada a Resolução
30 SMUL.ATECC.CMPU/003/2024 com as seguintes indicações: Titular 1: ANA PAULA LIMA;
31 Suplente 1: VIVIANE SILVA DOS REIS; Titular 2: FÁBIO JORGE BENINI CABRAL; Suplente 2:
32 THALINE NUNES ROCHA; **06)** Sobre as indicações do CMPU para o CMPT, foram apresentadas
33 as inscrições dos (as) conselheiros (as) Severina Ramos do Amaral da Silva, Benedito Roberto
34 Barbosa e Ana Luiza Dalcin Aragão; após consenso, foi aprovada a Resolução
35 SMUL.ATECC.CMPU/003/2024 com as seguintes indicações: Titular: ANA LUIZA DALCIN
36 ARAGÃO; Suplente: BENEDITO ROBERTO BARBOSA. O presidente suplente, Sr. José Armênio de
37 Brito Cruz, em seguida declarou iniciada a 48ª reunião extraordinária do CMPU, esclarecendo

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

38 que quem fazia uso da palavra era o próprio presidente suplente, secretário adjunto da SMUL,
39 informando que conduziria a reunião, colocando-se à disposição dos presentes e registrando
40 que a reunião estava sendo realizada ao vivo; a sec. executivo, Sra. Talita Veiga Cavallari
41 Fonseca, em seguida agradeceu ao presidente, informou que aquela era a pauta da reunião do
42 dia, registrou que havia solicitações de fala já indicadas, esclareceu que inicialmente faria a
43 leitura da pauta, consignando que o item 1 tratava das comunicações gerais e que o item 2
44 referia-se à deliberação das indicações do CMPU para o FUNDURB, FM, SAI, SIMPDE e CMPT. A
45 Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, em seguida informou que, antes do início dos trabalhos,
46 havia solicitações de fala registradas; na sequência, consignou que as mãos levantadas eram
47 dos conselheiros titulares Sr. Nabil Georges Bonduki, FAU-USP, e Sra. Lucila Falcão Pessoa
48 Lacrete, SAPP; com a palavra, o Sr. Nabil cumprimentou os presentes, questionou se estava
49 sendo ouvido, tendo o presidente confirmado à abertura do áudio e, em tom cordial, feito
50 breve comentário ao conselheiro; em sequência, com a palavra, o Conselheiro, Sr. Nabil
51 Georges Bonduki, representante da FAU-USP, informou que, em conjunto com diversos ex-
52 secretários de Planejamento Urbano, de Cultura e de distintas administrações municipais,
53 elaborou um documento que gostaria de submeter à apreciação do Conselho Municipal de
54 Política Urbana – CMPU, tratando da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;
55 esclareceu que o referido documento aborda solicitações de veto ao Projeto de Lei nº
56 586/2023, aprovado pela Câmara Municipal em 21 de dezembro de 2023, e que aguarda
57 sanção ou veto por parte do Sr. Prefeito Ricardo Nunes até o dia seguinte, 19 de janeiro;
58 destacou que espera que o Prefeito não sancione a lei ou que vete integralmente seu
59 conteúdo, ressaltando a responsabilidade da sociedade civil, em especial do setor acadêmico e
60 profissional, de se manifestar criticamente diante do tema; informou que, além dele,
61 participaram da elaboração e apoio do documento seu suplente, Sr. Daniel Montandon,
62 representantes da FAU-Mackenzie, Sras. Teresa e Angélica, e outros conselheiros, os quais
63 também estiveram presentes em ato realizado no IAB nesta mesma manhã, cujo objetivo foi
64 justamente solicitar os vetos mencionados; solicitou autorização ao Sr. Secretário para leitura
65 do documento e informou que o mesmo já fora encaminhado ao Gabinete do Prefeito,
66 manifestando o desejo de que os conselheiros que apoiassem a iniciativa pudessem se
67 manifestar e subscrevê-la, possibilitando seu envio em nome do CMPU; antes de proceder
68 com a leitura, destacou a participação de representantes de seis administrações municipais,
69 signatários do documento, como o Prof. Cândido Malta Campos Filho, Profª Regina Meyer,
70 Profª Raquel Rolnik, Eng. Ivan Málio, Prof. Carlos Augusto Kalil e Prof. Fernando de Mello
71 Franco, além dos integrantes do Fórum SP23; deu início à leitura do texto da moção, expondo
72 que o PL 586/2023 desestrutura princípios urbanísticos do Plano Diretor Estratégico e
73 compromete a proteção ao patrimônio ambiental e cultural da cidade; reiterou que o texto
74 aprovado contraria diretrizes técnicas e foi elaborado sem a devida análise técnica,
75 transparência e debate público, tendo sofrido alterações substanciais nas 24 horas que
76 antecederam sua votação; apontou a existência de dispositivos que estimulam o adensamento
77 em regiões afastadas do transporte coletivo de massa, fragilizam o controle de impacto
78 urbanístico, reduzem exigências de destinação de áreas públicas e transferem ao Legislativo
79 atribuições técnicas do CONPRESP; informou que a moção solicita o veto integral da lei ou,

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

80 minimamente, de dispositivos específicos, como os parágrafos 5º e 6º do artigo 4º, os artigos
81 10, 15, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 35, 50, 52 e 90 a 94, bem como dispositivos do Quadro 3 e o
82 Mapa 1 anexo; finalizou sua leitura reiterando o pedido para que a matéria possa ser
83 encaminhada ao Executivo não apenas pelas entidades subscritoras, mas também em nome do
84 próprio CMPU; em seguida, com a palavra, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito
85 Cruz, agradeceu ao Conselheiro Sr. Nabil Georges Bonduki pela apresentação e solicitou que
86 fosse enviada uma cópia do documento à Secretaria, a fim de que o conteúdo fosse somado ao
87 processo técnico já em andamento desde o recebimento do substitutivo oriundo da Câmara
88 Municipal; esclareceu que o referido processo está sendo conduzido com a participação de
89 diversas áreas técnicas e da assessoria jurídica da Prefeitura, visando orientar tecnicamente e
90 juridicamente o Sr. Prefeito sobre os dispositivos aprovados; reforçou que a decisão final cabe
91 ao Chefe do Executivo, sendo de caráter discricionário; acrescentou que a expectativa é de que
92 a definição ocorra em breve, possivelmente até o dia seguinte; reiterou o pedido para
93 recebimento formal do documento, mencionando que tentou registrar algumas informações
94 durante a leitura, mas que, devido à velocidade da exposição, não conseguiu anotá-las
95 integralmente; na sequência, com a palavra, o Conselheiro Sr. Nabil Georges Bonduki
96 comprometeu-se a encaminhar o arquivo e relatou que o ato ocorrido naquela manhã foi
97 especialmente significativo e emocionante, pois reuniu cerca de cinquenta anos de história do
98 planejamento urbano da cidade de São Paulo, com destaque para a participação do Prof.
99 Cândido Malta Campos Filho, Secretário na gestão de 1975, e da Profª Regina Meyer, que
100 atuou na criação do CONPRESP durante a gestão Mário Covas na década de 1980; concluiu
101 ressaltando a relevância dos depoimentos e da articulação entre diferentes gerações de
102 profissionais do urbanismo; em resposta, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito
103 Cruz, reiterou os agradecimentos e informou que a Secretaria aguardaria o recebimento do
104 documento; em sequência, com a palavra, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito
105 Cruz, agradeceu novamente ao Conselheiro Sr. Nabil Georges Bonduki e reforçou que a
106 Secretaria aguardaria o recebimento do arquivo mencionado; na sequência, a Secretária
107 Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, informou que havia verificado manifestações no
108 chat da reunião e que daria prosseguimento à ordem de inscrições para fala dos conselheiros;
109 comunicou que os próximos inscritos eram: Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta (SAPP), Sr. Daniel
110 Todtmann Montandon (UNINOVE), Sr. Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini (Pólis) e Sra. Sandra
111 Ramalhoso (Mitra); em seguida, passou a palavra à Sra. Lucila, que iniciou sua fala
112 cumprimentando os presentes; em seguida, com a palavra, a Conselheira Titular, Sra. Lucila
113 Falcão Pessoa Lacreta, representante da SAPP, informou que o assunto que traria à discussão
114 era distinto do tema do documento apresentado anteriormente pelo Conselheiro Sr. Nabil
115 Georges Bonduki; declarou que, caso os demais inscritos fossem se manifestar ainda sobre o
116 referido documento, poderia postergar sua fala para momento posterior da reunião, uma vez
117 que traria uma questão de ordem relacionada ao parecer da Procuradoria solicitado na
118 reunião anterior; em sequência, com a palavra, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga
119 Cavallari Fonseca, informou que daria prosseguimento à ordem de inscrição e passou a palavra
120 ao Conselheiro Suplente, Sr. Daniel Todtmann Montandon, representante da UNINOVE,
121 considerando que sua manifestação seria provavelmente relacionada à fala anterior do

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

122 Conselheiro Sr. Nabil Georges Bonduki; com a palavra, o Conselheiro Sr. Daniel Todtmann
123 Montandon confirmou que sua intervenção trataria do mesmo tema; em seguida, com a
124 palavra, o Conselheiro Suplente, Sr. Daniel Todtmann Montandon, representante da UNINOVE,
125 agradeceu à Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, cumprimentou os
126 presentes e, na pessoa do Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, estendeu os
127 cumprimentos à Secretaria; informou que havia disponibilizado no chat da reunião um link que
128 direciona a uma notícia sobre o evento realizado no dia, o qual contém também o texto
129 integral da moção lida anteriormente pelo Conselheiro Sr. Nabil Georges Bonduki e a nota
130 técnica que a acompanha; esclareceu que os nomes de pessoas e instituições que desejarem
131 aderir ao documento seriam incluídos posteriormente, desde que manifestado apoio formal;
132 destacou que, apesar de o tema não constar na pauta da presente reunião do CMPU,
133 considerou importante esclarecer que o pedido de veto se fundamenta, principalmente, em
134 alterações substanciais introduzidas entre o primeiro e o segundo substitutivo do PL,
135 realizadas com intervalo de apenas 48 horas entre sua apresentação e a votação; apontou a
136 existência de problemas materiais e técnicos, incluindo incompatibilidades entre textos e
137 mapas, divergências entre shapes e mapas publicados, falhas de redação, além de possíveis
138 inconstitucionalidades; concluiu reiterando que os fundamentos do pedido de veto estão
139 detalhados nos documentos compartilhados e agradeceu pela oportunidade de manifestação;
140 em sequência, com a palavra, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca,
141 agradeceu ao Conselheiro Suplente, Sr. Daniel Todtmann Montandon, por sua manifestação e
142 pelos esclarecimentos prestados aos demais conselheiros, ressaltando sua constante
143 colaboração; em seguida, com a palavra, o Conselheiro Titular, Sr. Rodrigo Faria Gonçalves
144 Iacovini, representante do Instituto Pólis, cumprimentou os presentes e destacou que, mesmo
145 no início de 2024, o CMPU retomava pautas de longa data, reafirmando o compromisso
146 contínuo na luta por uma política urbana qualificada; manifestou apoio à moção apresentada,
147 solicitando formalmente a inclusão do Instituto Pólis como signatário; ressaltou a urgência da
148 matéria e solicitou que o documento fosse encaminhado ainda naquele dia ao Gabinete do Sr.
149 Prefeito Ricardo Nunes, a fim de evitar a sanção de dispositivos que, em sua avaliação, trariam
150 consequências irreversíveis para a cidade; pontuou que, embora o CMPU tenha debatido o
151 tema anteriormente, os resultados desses debates não foram suficientemente refletidos na
152 proposta apresentada pelo Executivo, tampouco nos substitutivos aprovados na Câmara;
153 destacou que o momento atual configura uma emergência e que a eventual sanção
154 representaria retrocesso ao esforço técnico, acadêmico e militante acumulado ao longo de
155 décadas na formulação de políticas urbanas em São Paulo; comparou a articulação de ex-
156 secretários e diretores municipais em torno do pedido de veto ao movimento de ministros da
157 Justiça e das Relações Exteriores em 2022, em repúdio a decisões do governo federal à época,
158 enfatizando a relevância simbólica e institucional da mobilização; concluiu solicitando que os
159 conselheiros fossem informados sobre o encaminhamento da moção à Prefeitura, bem como,
160 se possível, sobre eventuais manifestações do Gabinete do Prefeito em resposta ao pleito
161 apresentado; em seguida, com a palavra, a Conselheira Titular, Sra. Sandra Ramalhos,
162 representante da Mitra Arquidiocesana de São Paulo, cumprimentou os presentes e desejou
163 um bom trabalho a todos, estendendo votos de Feliz Ano-Novo na pessoa do Secretário

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

164 Adjunto, Sr. José Armênio de Brito Cruz; apresentou-se como pessoa com deficiência,
165 cadeirante, e destacou a ausência de acessibilidade e participação efetiva da população com
166 deficiência no processo de construção da nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;
167 lembrou que, durante o processo do Plano Diretor, representantes da Prefeitura estiveram
168 presentes em duas reuniões do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, promovendo
169 diálogo e escuta ativa, o que não ocorreu desta vez; manifestou sua insatisfação diante da falta
170 de atenção à participação social e declarou que muitos munícipes sequer têm conhecimento
171 sobre o conteúdo da lei e seus impactos; reforçou o pedido para que o Sr. Prefeito Ricardo
172 Nunes não sancione a lei aprovada, mas que veto os dispositivos necessários, especialmente os
173 apontados no documento apresentado, o qual afirmou ter assinado, confirmando também a
174 adesão da Arquidiocese de São Paulo à solicitação de veto; em seguida, com a palavra, o
175 Conselheiro Titular, Sr. Benedito Roberto Barbosa, representante da União dos Movimentos de
176 Moradia – UMM, informou ter participado, em nome da UMM e da Central de Movimentos
177 Populares, do ato realizado no Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, em apoio ao manifesto
178 assinado por ex-secretários de política urbana, cultura, professores, especialistas e militantes
179 da reforma urbana; destacou a relevância do ato como manifestação da cidade de São Paulo
180 contra diversos dispositivos da nova Lei de Zoneamento, que, segundo sua avaliação,
181 comprometem o direito à cidade; ressaltou que a cidade enfrenta os efeitos das mudanças
182 climáticas, cujos impactos atingem de forma desproporcional as populações mais pobres,
183 como evidenciado por tragédias recentes no Rio de Janeiro e na periferia de São Paulo;
184 pontuou que a legislação aprovada favorece interesses da especulação imobiliária em
185 detrimento das necessidades da população mais vulnerável, e que o clamor da sociedade civil
186 é pela recuperação de uma cidade inclusiva e justa; solicitou ao Secretário Suplente, Sr. José
187 Armênio de Brito Cruz, que encaminhasse com urgência a nota técnica e o manifesto
188 elaborado pelo Fórum SP 2023, bem como os demais documentos produzidos por entidades
189 que expressaram suas preocupações junto ao Executivo; registrou protesto quanto à ausência
190 de diálogo da Prefeitura com a sociedade civil, mencionando que, apesar do Prefeito ter
191 recebido representantes do setor imobiliário, não houve abertura para escutar os movimentos
192 sociais; reiterou o apelo para que a Secretaria encaminhe os documentos com brevidade,
193 lembrando que já haviam estado com o Secretário na semana anterior; finalizou manifestando
194 apoio à moção apresentada, parabenizando o IAB pela articulação do ato e pela mobilização
195 em defesa da cidade de São Paulo; em seguida, com a palavra, a Conselheira Suplente, Sra.
196 Julia Azevedo Moretti, representante do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU,
197 cumprimentou os presentes e manifestou-se brevemente em apoio à moção e à nota técnica
198 apresentadas, alinhando-se às manifestações anteriores dos representantes da sociedade civil
199 e dos movimentos sociais; destacou que o IBDU vê com grande preocupação as alterações
200 promovidas na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, reiterando críticas já apontadas
201 durante o processo de tramitação e aprovação do Plano Diretor, especialmente quanto à
202 fragilidade do processo participativo e aos impactos negativos no ordenamento territorial;
203 reforçou que o atual processo repete erros anteriormente denunciados, reafirmando a
204 continuidade da luta por uma política urbana democrática; declarou que o IBDU acompanhará
205 de perto o andamento do pedido de veto, defendendo que o documento seja encaminhado

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

com urgência ao Sr. Prefeito Ricardo Nunes, não apenas pelos efeitos sobre a cidade de São Paulo, mas também pela repercussão nacional do exemplo que o ordenamento urbano da capital paulista representa; finalizou parabenizando a iniciativa do evento e o conteúdo da moção liderada pelo Fórum SP 2023; em seguida, com a palavra, o Conselheiro Titular, Sr. Mauro Sérgio Calliari, cumprimentou os presentes e declarou de forma objetiva seu apoio à moção apresentada, destacando a qualidade do texto, que considerou extremamente bem elaborado e dotado de grande clareza e objetividade; afirmou que, caso o documento chegue ao conhecimento do Sr. Prefeito Ricardo Nunes e este esteja disposto a lê-lo com atenção e sensibilidade, terá acesso a argumentos consistentes para avaliar a gravidade da situação; observou, contudo, que a decisão política não será simples, dado o apoio de 46 vereadores ao projeto aprovado, mas reiterou que o conteúdo do documento é contundente na defesa do futuro da cidade de São Paulo; parabenizou os autores da moção e, em seguida, dirigiu-se diretamente ao Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, questionando sobre o posicionamento adotado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento desde a aprovação da lei na Câmara Municipal até o momento, indagando quais argumentos técnicos e urbanísticos foram encaminhados ao Sr. Prefeito e se existe alinhamento entre as avaliações realizadas pela Secretaria e os pontos destacados na moção lida pelo Conselheiro Sr. Nabil Georges Bonduki; em seguida, com a palavra, a Conselheira Suplente, Sra. Maria Laura Fogaça Zei, representante da ASSAMPALBA, cumprimentou os presentes e justificou a breve demora em ativar o microfone; declarou sua adesão total à moção apresentada, relatando ter participado do evento ocorrido na manhã do mesmo dia, que considerou emocionante, especialmente pela presença de ex-secretários que representam cinquenta anos de história do planejamento urbano da cidade, todos com argumentos técnicos consistentes; destacou a ausência de participação social no processo de revisão da lei, bem como os retrocessos ambientais que o texto aprovado representa; afirmou que a responsabilidade agora está nas mãos do Prefeito, que, segundo sua avaliação, não representa os interesses da cidade, mas sim está favorecendo interesses de mercado; declarou que a proposta aprovada não condiz com a cidade desejada pela população; por fim, afirmou que o documento é abrangente, representa toda a sociedade civil e deve prevalecer sobre os interesses do mercado imobiliário, registrando sua adesão integral como cidadã, representante da ASSAMPALBA, do movimento Defesa São Paulo e da Frente pela Vida; em seguida, com a palavra, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, agradeceu as contribuições de todos os conselheiros e iniciou sua manifestação pontuando aspectos gerais e específicos relativos à discussão em curso; afirmou que o momento reflete o exercício do jogo democrático no Brasil, ressaltando que a diversidade de posicionamentos expressos no CMPU é positiva para a cidade; informou que o documento apresentado pode sim ser encaminhado pelo CMPU, conforme solicitado, mas alertou sobre a possibilidade de que, devido ao tempo exíguo, sua chegada ao gabinete do prefeito possa ocorrer tardiamente, recomendando que os autores também façam o envio direto e imediato ao Executivo, com protocolo formalizado; ressaltou a capacidade técnica da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, tanto na análise urbanística quanto jurídica, para subsidiar decisões políticas, e garantiu que todas as manifestações da Secretaria, da Coordenadoria de Uso e Ocupação do Solo, e suas próprias estão devidamente

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

248 registradas e disponíveis no sistema SEI, conforme preconiza a transparência dos atos
249 administrativos; destacou que, com base nessas manifestações, cabe exclusivamente ao Sr.
250 Prefeito Ricardo Nunes a decisão discricionária sobre os vetos e sanções à lei aprovada;
251 mencionou que a análise da SMUL está em andamento desde a chegada do substitutivo da
252 Câmara, ocorrido no dia 28, e que as avaliações técnicas e jurídicas foram devidamente
253 encaminhadas ao Prefeito; reiterou o compromisso da Secretaria com a participação
254 democrática e com a construção de uma regulação urbanística baseada em rigor técnico,
255 inclusive em consonância com os princípios legais previstos no Estatuto da Cidade, cuja
256 elaboração contou com a participação de diversos conselheiros e autores da moção;
257 respondeu à indagação do Conselheiro Sr. Mauro Sérgio Calliari, afirmando que a SMUL
258 encaminhou sim suas considerações ao Prefeito, reforçando a importância da escuta e do
259 embasamento técnico no processo decisório; finalizou agradecendo nominalmente os
260 conselheiros que se manifestaram – Srs. Nabil, Benedito, Daniel, Rodrigo, Mauro e Sras. Júlia,
261 Sandra e Maria Laura – e celebrou o fato de o Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, entidade
262 que presidiu por cinco anos, estar servindo como plataforma de debate democrático e espaço
263 para construção de propostas em prol da cidade de São Paulo; em seguida, com a palavra, a
264 Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, agradeceu ao Presidente Suplente, Sr.
265 José Armênio de Brito Cruz, por sua manifestação e, dirigindo-se ao Conselheiro Suplente, Sr.
266 Daniel Todtmann Montandon, que se encontrava com a mão levantada, fez uma consulta
267 sobre o encaminhamento do documento anteriormente discutido; lembrou que o referido
268 conselheiro havia mencionado que coletaria os nomes das pessoas e instituições que
269 subscrevem o texto da moção e indagou se ele próprio realizaria o envio do documento ao
270 gabinete do Prefeito ou se a Secretaria poderia utilizar as manifestações registradas no chat e
271 nas falas durante a reunião para proceder com o encaminhamento oficial; em sequência, com
272 a palavra, o Conselheiro Suplente, Sr. Daniel Todtmann Montandon, informou que, enquanto
273 acompanhava a reunião e as manifestações dos colegas, estava simultaneamente atualizando
274 o documento da moção com os nomes das pessoas e entidades que haviam se manifestado no
275 chat; indicou que o link compartilhado anteriormente já continha atualizações com esses
276 nomes e solicitou que qualquer retificação fosse registrada no chat ou enviada diretamente a
277 ele, disponibilizando seu número de telefone para contato posterior ao término da reunião;
278 mencionou especificamente o apoio declarado pela Sra. Júlia Moretti em nome do IBDU,
279 reforçando que a entidade já poderia ser adicionada, e citou também o contato com o Sr.
280 Renato Bombini nesse mesmo sentido; por fim, dirigiu-se ao Presidente Suplente, Sr. José
281 Armênio de Brito Cruz, comentando que, apesar de compreender sua resposta anterior,
282 gostaria de registrar que o grupo solicitou uma agenda com a prefeitura para tratar dos
283 pedidos de veto e até o momento não obteve retorno, reiterando o pedido de diálogo direto
284 com o Prefeito ou com outro representante institucional; acrescentou que o Conselheiro
285 Titular, Sr. Nabil Georges Bonduki, também poderia complementar sua fala sobre esse tema;
286 em seguida, fez uso da palavra a Conselheira Titular Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacrete (SAPP),
287 que manifestou forte discordância em relação à fala anterior do Presidente Suplente, Sr. José
288 Armênio de Brito Cruz, especialmente no tocante à caracterização do processo de revisão da
289 lei de uso e ocupação do solo como democrático; declarou que, ao contrário do que foi

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

290 afirmado, o processo não garantiu efetiva participação da sociedade civil, mencionando a
291 dificuldade de acesso às reuniões convocadas em horários incompatíveis com a rotina da
292 maioria da população; afirmou que diversas reivindicações, ainda que bem documentadas e
293 apresentadas por entidades como o Movimento Defesa São Paulo e outras associações de
294 moradores, não foram acolhidas; criticou severamente o conteúdo da revisão, classificando-o
295 como contrário aos princípios da sustentabilidade urbana, à Constituição de 1988 — que
296 destacou como sendo de natureza participativa —, aos Objetivos de Desenvolvimento
297 Sustentável (ODS) e aos tratados internacionais de proteção ambiental subscritos pela
298 prefeitura; apontou ainda que a sociedade civil organizada teve reiterados pedidos de
299 audiência com o prefeito ignorados, enquanto representantes do setor imobiliário foram
300 prontamente atendidos, com apoio de secretários; finalizou reiterando sua insatisfação com
301 todo o processo conduzido pela administração municipal e declarando que, diante da
302 gravidade das alterações propostas, a lei deveria ser vetada integralmente; em seguida, a
303 Conselheira Titular Sra. Sandra Ramalhão (MITRA) solicitou a palavra para complementar a
304 fala da Conselheira Lucila Falcão Pessoa Lacrete, manifestando concordância integral com suas
305 colocações e registrando sua indignação quanto à ausência de participação das pessoas com
306 deficiência no processo de revisão da lei de uso e ocupação do solo; destacou que, embora
307 estas pessoas também integrem a sociedade e a democracia, não foram ouvidas nem
308 envolvidas nas discussões, questionando: “que democracia é essa?”; mencionou as
309 dificuldades reais enfrentadas pela população, como a dependência do transporte público e a
310 precariedade habitacional em locais como escadões, sem que houvesse qualquer preocupação
311 do novo zoneamento com essas questões; finalizou reiterando seu posicionamento favorável
312 ao veto integral da proposta, declarando-se muito entristecida com o processo; O Conselheiro
313 Suplente Sr. Daniel Todtmann Montandon (UNINOVE) solicitou a palavra para uma breve
314 intervenção, justificando sua fala ao destacar que o tema em discussão — relacionado aos
315 vetos à revisão da lei de uso e ocupação do solo — está sendo tratado dentro do item
316 “comunicações gerais” da pauta da reunião, e portanto é legítimo e pertinente. Ressaltou que,
317 embora exista outro ponto de pauta principal a ser discutido em seguida, o momento atual da
318 reunião é destinado justamente à manifestação dos conselheiros sobre temas relevantes e
319 urgentes, como este. Encerrou reiterando que o tema do zoneamento é, possivelmente, o
320 mais importante atualmente na política urbana da cidade de São Paulo e, por isso, merece o
321 espaço e a atenção dedicados; na sequência, com a palavra, o Conselheiro Titular Sr. Nabil
322 Georges Bonduki (FAU-USP) iniciou sua manifestação apoiando a observação feita
323 anteriormente pelo Conselheiro Daniel Todtmann Montandon sobre a pertinência do debate
324 no item de comunicações gerais e, em seguida, ressaltou a extrema relevância do tema em
325 discussão, classificando a revisão da lei de uso e ocupação do solo como o mais importante
326 projeto de política urbana em tramitação na cidade, dado seu impacto sobre o zoneamento,
327 parcelamento do solo e preservação dos patrimônios cultural e ambiental; reconheceu que a
328 moção apresentada talvez tenha sido até tímida diante da gravidade das questões envolvidas e
329 reforçou as críticas já trazidas por outros conselheiros, como a insuficiência do processo
330 participativo, a falta de transparência e a baixa acessibilidade nas audiências públicas, muitas
331 das quais realizadas em horários restritivos como 11h da manhã; destacou a inadequação do

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

332 tempo destinado ao debate e à elaboração da lei em comparação a processos anteriores,
333 citando como exemplo os intervalos entre os planos diretores de 2002 e 2014 e suas
334 respectivas leis de uso e ocupação do solo, que levaram de um ano e oito meses a quase dois
335 anos para serem formuladas, ao contrário do processo atual, que classificou como apressado e
336 sem respaldo técnico; reconheceu o esforço dos técnicos da SMUL, mas criticou o modo como
337 a Câmara conduziu o processo; por fim, propôs formalmente que o documento de moção
338 fosse submetido à votação pelos membros do CMPU, independentemente dos
339 desdobramentos futuros, com o intuito de registrar o posicionamento oficial do conselho
340 frente à matéria, destacando que se trata de um projeto da Câmara e não da prefeitura, e que
341 o prefeito se encontra, nesse momento, na posição de árbitro entre a proposta do executivo e
342 a do legislativo; finalizou ressaltando que o registro do voto dos conselheiros daria respaldo
343 político e institucional ao documento; em sequência, com a palavra, a Conselheira Titular Sra.
344 Elodia Fátima Filippini iniciou desejando um bom ano a todos, mas ponderou que, diante das
345 circunstâncias discutidas, esse desejo poderia não se concretizar, considerando o agravamento
346 das questões climáticas e urbanas que comprometem a qualidade de vida na cidade; declarou
347 total concordância com as manifestações anteriores da Conselheira Lucila Falcão Pessoa
348 Lacrete e da Conselheira Sandra Ramalhoso, reiterando a crítica de que o poder público
349 apenas escuta formalmente, mas não acolhe as contribuições da sociedade civil, que, segundo
350 ela, é tratada como mera formalidade, “laranja para inglês ver”; classificou como inadmissível
351 o descrédito do Prefeito Ricardo Nunes frente à sociedade civil e criticou a Secretaria
352 Municipal de Urbanismo e Licenciamento por agir, segundo suas palavras, como “pau
353 mandado”, em razão da hierarquia e da obediência ao chefe do Executivo; lamentou o
354 sentimento de frustração e desmobilização diante da constatação de que todo o esforço de
355 participação social, inclusive o trabalho técnico da SMUL, seria ignorado em decisões que já
356 estariam previamente definidas; reforçou que os representantes da sociedade civil eleitos para
357 o conselho estariam sendo relegados e desrespeitados, cobrando um novo procedimento que
358 permita participação efetiva; finalizou sua fala destacando o desgaste de participar de
359 reuniões que, segundo ela, não produzem resultados concretos e reiterando a percepção de
360 que a atuação da sociedade civil estaria sendo instrumentalizada sem voz real no processo
361 decisório; em seguida, com a palavra, o Conselheiro Suplente Sr. Fábio Jorge Benini Cabral
362 iniciou cumprimentando os presentes, desejando um ótimo ano de 2024 e, na sequência,
363 expressou sua preocupação com o processo de revisão da Lei de Parcelamento, Uso e
364 Ocupação do Solo. Declarou seu apoio à moção apresentada e solicitou que sua adesão e da
365 Associação Viva Pacaembu fossem registradas, ainda que sua representação desta última não
366 seja no CMPU; manifestou sua indignação com o fato de que, apesar da sociedade civil
367 participar ativamente, levando propostas e sugestões tanto no âmbito do Executivo quanto do
368 Legislativo, essas contribuições são sistematicamente ignoradas. Reforçou que, embora o
369 poder público não tenha obrigação legal de acatar todas as sugestões recebidas, a lógica
370 democrática deveria implicar respeito à vontade da maioria; criticou o fato de que a população
371 é levada a atuar de forma reativa – através de moções e atos de veto – ao invés de ter papel
372 propositivo efetivo no processo; relatou exemplo pessoal de participação em audiência
373 pública, em que alertou para a inconstitucionalidade de determinada alteração legal, com base

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

em jurisprudência já consolidada, e mesmo assim sua manifestação foi desconsiderada; apontou a falta de tempo hábil para análise do texto final aprovado pela Câmara, ressaltando que até mesmo profissionais da área teriam dificuldade em compreender as implicações das alterações apresentadas poucas horas antes da votação; solicitou que o Executivo, ao decidir pelo veto ou não, divulgue as razões dessa decisão, permitindo à população avaliar a sintonia do prefeito com os princípios e demandas da sociedade civil, finalizou exigindo tratamento igualitário para representantes dos bairros, coletivos e movimentos sociais, à semelhança da atenção dada ao setor imobiliário, e destacou a gravidade das questões ambientais e climáticas, reforçando a urgência de ações responsáveis no planejamento urbano da cidade de São Paulo; com a palavra, o Conselheiro Titular, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, iniciou sua manifestação levantando uma questão acerca da necessidade de correção de um processo que, segundo ele, vem substituindo o direito inalienável do cidadão de discutir o que deseja para sua cidade; em seguida, salientou que o Conselho não debateu previamente a proposta de lei de zoneamento antes de sua tramitação na Câmara Municipal, destacando a existência de dois projetos distintos e apontando que, conforme relatos, ambos chegaram à mesa do Prefeito, sendo que caberia ao CMPU realizar esse debate anteriormente; deu continuidade relatando a condução dos trabalhos na Câmara, apontando para o cerceamento de manifestações da sociedade civil e o impedimento de réplicas, inclusive com a atuação da guarda municipal para impedir o retorno de participantes ao microfone; mencionou a ocorrência de uma audiência cancelada com pouco tempo de antecedência e a existência de um terceiro substitutivo que, mesmo sem essa nomenclatura formal, alterou o projeto na véspera da votação; destacou ainda que muitos parlamentares votaram sem pleno conhecimento do conteúdo, baseando-se apenas em negociações políticas e acordos com o Executivo; afirmou que houve a inclusão de dispositivos que não haviam sido discutidos previamente, caracterizando o processo como desprovido de caráter democrático e ressaltando a necessidade de sua correção; em sequência, manifestou concordância com o posicionamento do Conselheiro Nabio sobre a necessidade de deliberação do CMPU e envio do documento ao Prefeito, destacando que, se aprovado, o Chefe do Executivo deveria tratar todos com igualdade, conforme seu juramento, criticando o tratamento diferenciado dispensado a representantes do setor econômico em relação aos representantes da sociedade civil; relatou que, no mesmo dia em que uma delegação da Frente São Paulo pela Vida teve reunião com os Secretários José Armênio e Fernando Chucre, representantes empresariais foram recebidos pelo Prefeito e outras autoridades, com direito a apresentação de vídeo institucional, destacando o contraste de tratamento entre os grupos; em seguida, enfatizou que o setor econômico, ao qual se referia como representando a ganância, tem sido ouvido com atenção, enquanto os demais conselheiros parecem ter participação apenas simbólica; reforçou que a SMUL dispõe de corpo técnico qualificado, o qual, segundo ele, não poderia estar confortável com o conteúdo aprovado; destacou a importância de que tais desconfortos sejam levados ao conhecimento do Prefeito, afirmando que, se o mesmo não ouve sequer seus assessores diretos, então não ouve ninguém; defendeu o veto integral ao projeto aprovado, fundamentado em argumentos técnicos e jurídicos, os quais, segundo ele, não seriam difíceis de levantar; conclamou os Secretários a comunicarem com franqueza o Prefeito quanto às

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

416 falhas do projeto, mesmo diante da tensão que tal posicionamento possa gerar; por fim,
417 reforçou que o CMPU deve focar sua atuação em temas de relevância para a cidade, criticando
418 pautas que, segundo ele, apenas cumprem formalidades e desviam a atenção de questões
419 prioritárias como a lei de zoneamento; ilustrou as consequências da má condução urbana
420 mencionando os recorrentes episódios de alagamentos e perdas humanas, inclusive em
421 distritos de alto IDH, associando tais eventos à ganância e à especulação imobiliária; criticou a
422 ausência de políticas de habitação e regularização fundiária, reiterando que a cidade mais rica
423 do país abriga grande número de pessoas em situação de rua e em áreas de risco, encerrando
424 sua fala com veemência; em seguida, com a palavra, a Conselheira Titular, Sra. Elodia Fátima
425 Filippini, indagou se as falas proferidas durante a reunião compõem a ata que é publicada no
426 Diário Oficial; em réplica, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, esclareceu
427 que não é a ata que é publicada no Diário Oficial, mas sim o extrato da reunião, também
428 chamado por alguns conselheiros de extrato da ata, e que todas as falas são registradas em
429 ata, sendo posteriormente apresentadas em reunião para ciência e disponibilizadas no site
430 oficial; na sequência, com a palavra, a Conselheira Titular, Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta,
431 solicitou que a gravação integral da reunião fosse disponibilizada para acesso público; em
432 resposta, a Secretária Executiva informou que a gravação da reunião já fica automaticamente
433 disponível no site logo após o encerramento, de forma imediata e sem cortes; retornando à
434 fala, a Sra. Elodia reiterou sua preocupação quanto à transparência, expressando dificuldade
435 pessoal em acessar conteúdos eletrônicos e destacando a importância de que tais registros
436 constem de forma mais acessível à população, sendo acompanhada pela manifestação da Sra.
437 Lucila, que sugeriu a transcrição integral das falas no Diário Oficial; em réplica, a Secretária
438 Executiva afirmou que, no caso específico daquela reunião, não haveria condições técnicas de
439 publicação imediata no Diário Oficial, esclarecendo ainda que tanto o extrato quanto a ata são
440 documentos eletrônicos e, por esse motivo, acessíveis apenas a quem consulta os canais
441 digitais da Prefeitura, reforçando que as gravações são mantidas na íntegra e disponibilizadas
442 através do canal do CMPU no YouTube; em sequência, com a palavra, o Conselheiro Titular, Sr.
443 Benedito Roberto Barbosa (UMM), iniciou sua manifestação reforçando o pedido de
444 publicação da ata da presente reunião no Diário Oficial, destacando o caráter histórico e a
445 relevância política do encontro, com o objetivo de garantir o devido registro institucional das
446 falas dos conselheiros e conselheiras; relatou sua experiência anterior como conselheiro no
447 Conselho de Habitação, no qual, segundo ele, todas as reuniões, sejam ordinárias ou
448 extraordinárias, têm suas atas integralmente publicadas no Diário Oficial, diferentemente do
449 que ocorre no Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, situação que considerou
450 surpreendente; reiterou os pedidos apresentados anteriormente pelas conselheiras Sras.
451 Lucila e Elodia, e possivelmente pela Sra. Laurita, para que a íntegra das falas seja registrada
452 oficialmente; prosseguindo, teceu críticas ao processo participativo conduzido durante a
453 revisão da lei de zoneamento, afirmando que o caráter democrático foi profundamente
454 comprometido; destacou a necessidade de reavaliar os modelos de audiência pública, que,
455 segundo ele, apresentam baixa efetividade e reduzem a participação a um rito protocolar sem
456 impactos concretos, mencionando episódios em que vereadores sequer estavam presentes ou
457 prestavam atenção aos depoimentos da população; declarou que, embora os movimentos

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

458 sociais persistam em participar dessas instâncias, observa-se um processo contínuo de
459 desqualificação das práticas participativas e, por conseguinte, do próprio regime democrático;
460 posteriormente, citou que os vereadores que lideraram o processo de tramitação na Câmara
461 são os mesmos que, no período recente, propuseram uma Comissão Parlamentar de Inquérito
462 contra o Padre Júlio Lancellotti, fato que considerou absurdo e ilustrativo da atual conjuntura
463 política; afirmou que a cidade de São Paulo vive uma tragédia institucional desde a última
464 eleição para o Legislativo municipal, ressaltando que, embora os mandatos sejam legítimos, o
465 comprometimento desses parlamentares com a democracia e a participação popular é, em sua
466 visão, extremamente fragilizado; finalizou sua fala destacando sua trajetória de mais de 40
467 anos de militância pelo direito à cidade, desde a gestão do Prefeito Mário Covas, e afirmou
468 que, dentre todos os governos municipais pelos quais passou, o processo recente de revisão
469 do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento figura como um dos mais trágicos do ponto de vista
470 da política urbana; reiterou o pedido de publicação da ata no Diário Oficial e manifestou apoio
471 à proposta apresentada pelo Conselheiro Nabil referente à deliberação do manifesto discutido
472 na reunião; em seguida, com a palavra, o Conselheiro Suplente, Sr. Fábio Jorge Benini Cabral,
473 solicitou à Secretária Executiva permissão para um breve aparte à fala anterior do Conselheiro
474 Benedito Roberto Barbosa; na sequência, relatou que, enquanto ouvia a manifestação do
475 colega, consultava o regimento interno da Câmara Municipal e constatou que não há
476 regulamentação específica para as audiências públicas no Legislativo; esclareceu que os artigos
477 85 a 88 apenas descrevem procedimentos genéricos, sem prever mecanismos efetivos de
478 participação social, o que torna as contribuições da sociedade civil facultativas e sem
479 obrigatoriedade de acolhimento ou resposta por parte dos parlamentares; considerou esse
480 cenário trágico, destacando que, como representantes do povo, os vereadores deveriam, no
481 mínimo, responder às manifestações recebidas, especialmente em temas tão relevantes como
482 o zoneamento urbano; citou como exemplo a audiência pública realizada no dia 21, sobre
483 SEPAM e ZEPEC, criticando que as áreas de proteção não estavam sequer identificadas no
484 material apresentado, mencionando especificamente a Praça Charles Miller, classificada de
485 maneira equivocada como “área de interesse do município”, sem menção ao seu real
486 zoneamento; afirmou que situações como essa geram indignação e exaustão na população,
487 ressaltando não se tratar de crítica pessoal a membros específicos da administração, mas sim à
488 condução geral do processo; reconheceu que, no caso do Executivo, houve certo esforço para
489 ampliar a participação social, inclusive no processo de revisão do PDE, ao passo que no
490 Legislativo o processo foi esvaziado, com audiências em horários inviáveis para trabalhadores e
491 cidadãos em geral, conforme também pontuado pela Sra. Lucila; concluiu sua intervenção
492 reiterando a necessidade de que a sociedade civil pressione o Legislativo para regulamentar,
493 por meio de emenda ao regimento interno ou à Lei Orgânica do Município, normas que
494 garantam a efetiva participação nas audiências públicas, como instrumento fundamental para
495 a construção de uma cidade orientada ao bem comum, e não apenas aos interesses privados
496 de setores econômicos específicos; em seguida, com a palavra, a Conselheira Titular, Sra.
497 Lucila Falcão Pessoa Lacrete (SAPP), complementou a fala anterior do Conselheiro Fábio Jorge
498 Benini Cabral, destacando que, embora a Câmara Municipal não tenha regulamentação
499 específica que obrigue seus membros a acatarem as contribuições da população durante

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

500 audiências públicas, tal exigência decorre diretamente da Constituição Federal; mencionou
501 que, conforme um dos primeiros artigos da Carta Magna, o poder emana do povo, devendo
502 ser exercido em seu nome e para seu benefício, não sendo, portanto, opcional ouvir ou acatar
503 os anseios da sociedade civil; frisou que os representantes eleitos estão obrigados a exercer
504 seus mandatos com espírito público e em prol do bem coletivo, ressaltando que a democracia
505 impõe o dever de ouvir a população e atender ao que esta expressa como desejo para uma
506 cidade mais justa, sustentável e harmônica; na sequência, com a palavra, a Conselheira Titular,
507 Sra. Elodia Fátima Filippini, citou o texto constitucional: “todo poder emana do povo, que o
508 exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”,
509 reforçando a argumentação da colega; retomando a palavra, a Sra. Lucila reiterou que a base
510 do poder reside no povo e que, diante da atual realidade, é papel da sociedade civil buscar
511 formas de corrigir distorções, diante do que classificou como vilipêndio constante dos poderes
512 Executivo, Legislativo e, por vezes, também do Judiciário; concluiu sua manifestação afirmando
513 que é necessário exigir o cumprimento integral da Constituição, especialmente no que se
514 refere à soberania popular, sem necessidade de novas interpretações ou regulamentações,
515 bastando fazer valer o que já está estabelecido no texto constitucional; em seguida, com a
516 palavra, o Conselheiro Suplente, Sr. Fábio Jorge Benini Cabral, retomou brevemente a
517 discussão anterior para manifestar concordância integral com as colocações da Sra. Lucila
518 Falcão Pessoa Lacrete, acrescentando que o artigo quinto da Lei Orgânica do Município
519 também reforça o princípio da soberania popular, o que impõe à Câmara Municipal o dever de
520 observância; esclareceu, no entanto, que sua observação anterior dizia respeito à ausência de
521 um dispositivo específico que regulamente, na prática, a obrigatoriedade de acolhimento das
522 manifestações oriundas de audiências públicas; ressaltou que, ainda que falte tal dispositivo,
523 permanece a obrigação legal e moral imposta pelos fundamentos constitucionais; retomando
524 a palavra, a Sra. Lucila enfatizou que se trata, acima de tudo, de uma obrigação constitucional
525 e que a ausência de ritos formais não exime os vereadores do cumprimento da Constituição;
526 reforçou que a Constituição garante e protege os direitos da população, e que a proposta de
527 lei em questão, segundo ela, contém múltiplas infrações constitucionais, o que, por bom senso
528 e por dever legal, deveria levar o Prefeito a vetá-la; concluiu afirmando que, caso o veto não
529 ocorra, cabe à sociedade exercer seus direitos constitucionais, citando os artigos quinto e
530 segundo da Constituição Federal, o artigo 37 sobre improbidade administrativa, além do artigo
531 quinto da Lei Orgânica do Município, todos apontando para a legitimidade da atuação popular
532 em defesa de seus direitos e da correção de atos que violem tais preceitos; em seguida, com a
533 palavra, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, propôs um encaminhamento
534 para a reunião diante da sugestão apresentada anteriormente pelo Conselheiro Nabil sobre a
535 realização de votação; esclareceu que não havia impedimento para que os presentes –
536 representantes de quaisquer entidades ou segmentos – manifestassem sua posição e
537 assinassem o documento discutido, sendo possível anexar tal manifestação ao resultado da
538 reunião do CMPU; ponderou, no entanto, que não caberia ao CMPU, institucionalmente,
539 realizar uma votação formal sobre o conteúdo, uma vez que decisões deliberativas do
540 Conselho, sobretudo aquelas suscitadas pelo poder público, devem ser previamente
541 informadas e instruídas com tempo hábil para estudo e avaliação pelos conselheiros, não

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

542 podendo ocorrer de forma intempestiva no decorrer da reunião; afirmou não ver nenhum
543 problema em acolher manifestações individuais dos conselheiros que desejassem subscrever o
544 documento, reforçando que, no âmbito do poder público, todas as secretarias foram
545 previamente consultadas desde o início da tramitação do substitutivo do projeto de
546 zoneamento na Câmara Municipal; agradeceu as citações feitas pelos Conselheiros Fábio e
547 Lucila acerca dos fundamentos institucionais da democracia, ressaltando que os
548 representantes eleitos para a Câmara, o Congresso, o Executivo municipal, estadual e federal
549 foram democraticamente escolhidos e que, apesar de eventuais críticas ao processo, a
550 democracia brasileira permanece funcional e legítima; encaminhou, portanto, que a reunião
551 seguisse com o acolhimento da manifestação do grupo contrário ao projeto de zoneamento
552 aprovado na Câmara, utilizando o CMPU como canal de encaminhamento formal ao Prefeito
553 Municipal, destacando que o Conselho pode e deve ser utilizado como conector para fazer
554 chegar tais posições ao gabinete do Executivo, e que tal ação é vista de forma positiva; por fim,
555 declarou encerrado o debate sobre esse tema e deu sequência à reunião, encaminhando para
556 o segundo ponto de pauta, referente à deliberação das indicações do CMPU para os colegiados
557 do Fundurb, FMSARS, CIMPED e CMPT; em seguida, com a palavra, a Secretária Executiva, Sra.
558 Talita Veiga Cavallari Fonseca, retomou os encaminhamentos relativos à manifestação
559 proposta pelo Conselheiro Nabil, informando que os conselheiros interessados em subscrever
560 a carta ainda poderiam registrar sua adesão pelo chat, que permaneceria aberto até o final da
561 reunião; mencionou que o servidor Daniel realizava o acompanhamento das manifestações e
562 já iniciava a publicação no site oficial; reforçou que, conforme determinado pelo Presidente
563 Suplente, após o encerramento da reunião seria feito o encaminhamento formal do
564 documento ao Prefeito Municipal; em sequência, passou ao segundo item da pauta, referente
565 à deliberação das indicações do CMPU para composição do Conselho Gestor do Fundurb,
566 explicando que havia duas vagas disponíveis para representantes da sociedade civil – dois
567 titulares e dois suplentes; apresentou a lista de inscrições recebidas via formulário eletrônico
568 cujo prazo havia sido prorrogado: como titulares, Eduardo Delamana (Fecomércio SP),
569 Benedito Roberto Barbosa (UMM), Simone Sales de Oliveira Chaves (UMM) e José André de
570 Araújo (OMPMAE); como suplentes, Jefferson Carlos da Silva (UMM), Rodrigo Farias Faria
571 Gonçalves Iakovine (Polis), José André de Araújo, que também se inscreveu como suplente, e
572 Angeli Franco Nobre (CPM Macrorregião Sul 2); mencionou que houve pequena inconsistência
573 na exibição dos nomes na tela, mas que todos estavam corretamente registrados; propôs,
574 antes da votação, que os inscritos fizessem uma breve apresentação sobre suas motivações
575 para integrar o Fundurb; ressaltou a necessidade de observância ao Decreto nº 56.021/2015,
576 que estabelece a paridade de gênero em conselhos de controle social, como é o caso do
577 Fundurb, que possui composição paritária entre representantes do poder público e da
578 sociedade civil, sendo dois destes indicados pelo CMPU; explicou que a presença de Simone
579 Sales de Oliveira Chaves e Angeli Franco Nobre entre os indicados permitiria o cumprimento da
580 paridade exigida, seja por meio da ocupação das vagas de titularidade ou de suplência;
581 concluiu que, antes de se iniciar eventual votação, haveria espaço para diálogo e construção
582 de consenso entre os inscritos, mas que, caso não houvesse acordo, todos os nomes seriam
583 levados à votação conforme os procedimentos regimentais; em seguida, com a palavra, o

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

584 Conselheiro Titular, Sr. Benedito Roberto Barbosa (UMM), apresentou questão de ordem
585 relacionada à aplicação do Decreto Municipal nº 56.021/2015, que trata da paridade de
586 gênero nos espaços de participação social; questionou se, diante da exigência legal, as
587 candidaturas de Simone Sales de Oliveira Chaves e Angeli Franco Nobre já estariam
588 automaticamente garantidas, considerando que são as únicas mulheres inscritas para as
589 quatro vagas disponíveis no Conselho Gestor do Fundurb (duas titularidades e duas
590 suplências); em resposta, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, esclareceu
591 que, embora o decreto exija o cumprimento da paridade, não poderia afirmar que as
592 candidatas estariam automaticamente eleitas, uma vez que o processo ainda está em
593 andamento e deve ser conduzido com base nos princípios regimentais e legais, inclusive com
594 deliberação por parte do colegiado; o Conselheiro Benedito reiterou seu entendimento de
595 que, por força do decreto, a presença das duas candidatas já garantiria a representatividade
596 mínima de gênero exigida, devendo as vagas restantes ser destinadas aos candidatos homens;
597 finalizou agradecendo o esclarecimento; em seguida, com a palavra, o Conselheiro Titular, Sr.
598 Francisco João Moreirão de Magalhães, trouxe uma dúvida que, segundo ele, poderia ser
599 compartilhada por outros membros, afirmando ter compreendido que o procedimento de
600 inscrições prévias via site seria exigido apenas para os conselhos CTLU e CPPU, em razão da
601 obrigatoriedade de apresentação de documentação comprobatória de qualificação técnica;
602 pontuou que, nos demais conselhos que integram o CMPU e cujas indicações são obrigatórias,
603 haveria a possibilidade de os interessados se apresentarem diretamente durante a reunião,
604 conforme prática anteriormente adotada; questionou também a hipótese de a sociedade civil
605 optar por não aprovar nenhum dos nomes apresentados, reiterando que somente seus
606 representantes têm direito a voto nesse processo, conforme já definido em deliberação
607 anterior do CMPU; criticou o modelo adotado para inscrições, classificando-o como um
608 método burocrático que prejudicaria o exercício democrático dentro do Conselho; em
609 resposta, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, esclareceu que o
610 procedimento consistia apenas em acessar o site e clicar no próprio nome, questionando se
611 isso realmente teria representado uma dificuldade significativa; o Conselheiro Moreirão
612 reafirmou sua crítica, alegando que o modelo adotado esvaziou o debate democrático;
613 encerrou sua manifestação concordando com o entendimento do Conselheiro Benedito, no
614 sentido de que, tendo em vista o cumprimento da paridade de gênero com a presença de duas
615 candidatas mulheres, essas já estariam automaticamente eleitas, cabendo à sociedade civil
616 apenas deliberar sobre os candidatos homens, como forma de otimizar o andamento da
617 reunião; em seguida, com a palavra, a Conselheira Suplente, Sra. Maria Laura Fogaça Zei
618 (ASSAMPALBA), comunicou que a Conselheira Titular, Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacrete, havia
619 solicitado uma questão de ordem, mas se encontrava temporariamente impossibilitada de
620 participar da reunião em razão de uma forte chuva que ocasionou queda de energia elétrica
621 em sua localidade, resultando na perda de conexão com a internet; informou que a
622 conselheira estava tentando retornar por outros meios e registrou o motivo de sua ausência,
623 reiterando que a intenção era apenas pontuar a situação; agradeceu a atenção; em seguida,
624 com a palavra, a Conselheira Titular, Sra. Ana Paula Lima, esclareceu que sua manifestação
625 dizia respeito ao item anterior da pauta, especificamente à menção feita pelo Presidente

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

626 Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, sobre a avaliação da Secretaria Municipal de
627 Urbanismo e Licenciamento (SMUL) a respeito do Projeto de Lei, e solicitou o número do SEI
628 correspondente a essa avaliação; em seguida, com a palavra, a Secretária Executiva, Sra. Talita
629 Veiga Cavallari Fonseca, respondeu à solicitação da Conselheira Ana Paula Lima, informando
630 que já havia solicitado internamente o número do SEI referente à avaliação da SMUL sobre o
631 Projeto de Lei; comprometeu-se a realizar o devido encaminhamento assim que a informação
632 estivesse disponível, seja ainda durante a reunião ou, alternativamente, por meio de
633 comunicação via e-mail; finalizou confirmando que a demanda estava devidamente anotada;
634 em seguida, com a palavra, a Conselheira Titular, Sra. Angeli Franco Nobre, justificou sua
635 ausência temporária em razão de problema com a bateria do dispositivo e manifestou dúvida
636 quanto à apresentação do nome do Sr. José André de Araújo, que constava na lista tanto como
637 titular quanto como suplente; esclareceu que havia indicado o referido candidato para vaga de
638 titular, ficando ela como suplente; em resposta, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga
639 Cavallari Fonseca, explicou que o formulário de inscrição disponibilizado no site permitia
640 livremente que os interessados se inscrevessem em ambas as categorias, titular e suplente, e
641 que por essa razão o nome do Sr. José André aparecia duplicado; esclareceu que o mesmo não
642 poderá ocupar as duas vagas e que a definição sobre sua posição se dará mediante deliberação
643 dos conselheiros, seja por votação ou por construção de consenso; informou ainda que, apesar
644 de a Sra. Angeli já ter se inscrito, seria oportunizado a ela um momento para realizar breve
645 apresentação sobre suas motivações para compor o Conselho Gestor do Fundurb, reiterando
646 que já havia, até aquele momento, um entendimento de consenso quanto à indicação das
647 duas candidatas mulheres – Sra. Simone Sales de Oliveira Chaves e Sra. Angeli Franco Nobre –
648 para composição do referido conselho, em atendimento à exigência de paridade de gênero
649 prevista em decreto municipal; em seguida, com a palavra, o Conselheiro Titular, Sr. Benedito
650 Roberto Barbosa (UMM), solicitou desculpas pela intervenção e apresentou proposta de
651 encaminhamento referente à composição das indicações para o Conselho Gestor do Fundurb;
652 solicitou confirmação da mesa sobre a garantia da indicação da Sra. Simone Sales de Oliveira
653 Chaves, representante da União dos Movimentos de Moradia (UMM), como forma de
654 assegurar a representação feminina; declarou, então, a retirada de sua própria candidatura,
655 abrindo mão da vaga em favor da referida conselheira, reforçando o compromisso com a
656 paridade de gênero; informou ainda que a UMM propunha, para composição do conselho, o
657 nome do Sr. Rodrigo Farias Faria Gonçalves Iakovine, representante do Instituto Pólis;
658 ressaltou que a proposta seria de composição entre Simone e Rodrigo, conforme
659 entendimento a ser definido quanto às titularidades e suplências; mencionou também a
660 existência de uma articulação em torno da candidatura da Sra. Angeli Franco Nobre, sugerida
661 anteriormente em consenso com o nome do Sr. José André de Araújo, e reiterou sua decisão
662 de abrir mão da indicação para garantir a participação do companheiro Rodrigo na composição
663 do Fundurb, assegurando, ao mesmo tempo, a presença da conselheira Simone; em seguida, a
664 Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, sinalizou entendimento quanto à
665 proposta apresentada pelo Conselheiro Benedito, mas solicitou que fosse mantida a ordem do
666 processo, priorizando a etapa de apresentações dos candidatos inscritos, permitindo que as
667 articulações e consensos paralelos ocorressem simultaneamente; o Conselheiro Benedito

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

668 Roberto Barbosa (UMM) reiterou que sua retirada da candidatura estava condicionada à
669 confirmação da indicação da Sra. Simone Sales de Oliveira Chaves como conselheira titular,
670 reforçando que, nesse cenário, abriria mão da vaga em favor do Sr. Rodrigo Iakovine, do
671 Instituto Pólis; reafirmou que, conforme o entendimento até então manifestado pelos
672 conselheiros, as candidaturas das Sras. Simone e Angeli Franco Nobre já estariam asseguradas,
673 por se tratar das únicas mulheres inscritas e para atendimento à paridade de gênero prevista
674 em decreto municipal; em resposta, a Secretária Executiva reiterou que, apesar do consenso
675 manifestado, precisava consultar formalmente os conselheiros antes de confirmar qualquer
676 nome de forma definitiva, explicando que não poderia unilateralmente declarar como eleitos
677 os nomes sugeridos, mesmo diante da convergência já expressa por parte dos presentes, de
678 forma a garantir a legitimidade e a transparência do processo decisório; em seguida, com a
679 palavra, o Conselheiro Titular, Sr. Durval Tabach, manifestou dúvida quanto à razão pela qual
680 as duas candidatas mulheres estariam automaticamente eleitas, argumentando que, conforme
681 previsto no decreto, a exigência seria de apenas 50% de paridade de gênero; em resposta, a
682 Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, esclareceu que, por se tratarem de 4
683 vagas no total – sendo 2 titulares e 2 suplentes –, a indicação de 2 mulheres garantiria o
684 cumprimento da exigência legal; informou ainda que, diante das manifestações de consenso
685 registradas no chat da reunião, estava formalizada a retirada da candidatura do Conselheiro
686 Benedito Roberto Barbosa, conforme sua declaração anterior, em favor da candidatura da Sra.
687 Simone Sales de Oliveira Chaves, já considerada eleita para o Conselho Gestor do Fundurb; em
688 seguida, com a palavra, o Conselheiro Suplente, Sr. Eduardo Della Manna (Fecomércio/SP),
689 iniciou sua fala cumprimentando todas as conselheiras e conselheiros, desejando a todos um
690 excelente ano; declarou sentir-se bem representado pelos demais colegas inscritos e, por esse
691 motivo, comunicou formalmente a retirada de sua candidatura ao Conselho Gestor do
692 Fundurb; em sequência, com a palavra, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari
693 Fonseca, confirmou o consenso entre os conselheiros quanto à composição das indicações ao
694 Conselho Gestor do Fundurb, validando a seguinte formação: Sra. Simone Sales de Oliveira
695 Chaves como titular, acompanhada pelo Sr. Rodrigo Farias Faria Gonçalves Iakovine como
696 suplente; Sr. José André de Araújo como titular, com a Sra. Angeli Franco Nobre como
697 suplente; esclareceu que, conforme indicado anteriormente pela própria Sra. Angeli, esta
698 havia se inscrito como suplente e indicado o Sr. José André como titular; pontuou que, em
699 atendimento à exigência de paridade de gênero prevista no Decreto Municipal 56.021/2015,
700 era necessário o mínimo de uma mulher na titularidade, o que foi respeitado na composição
701 aprovada; por fim, realizou a leitura da minuta da resolução, destacando que, na 48ª Reunião
702 Extraordinária do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU), realizada em 18 de janeiro
703 de 2024, e conforme o disposto no artigo 341 da Lei do Plano Diretor Estratégico (PDE), foi
704 aprovada por unanimidade a seguinte deliberação: artigo primeiro – indicar os seguintes
705 representantes titulares e suplentes da sociedade civil para compor o Conselho Gestor do
706 Fundurb: titular 1 – Simone Sales de Oliveira Chaves; suplente 1 – Rodrigo Farias Faria
707 Gonçalves Iakovine; titular 2 – José André de Araújo; suplente 2 – Angeli Franco Nobre; em
708 seguida, com a palavra, o Conselheiro Suplente, Sr. Eduardo Della Manna (Fecomércio/SP),
709 parabenizou a decisão acertada do Conselho quanto à composição dos representantes da

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

710 sociedade civil no Conselho Gestor do Fundurb; lembrou sua própria experiência como ex-
711 representante do CMPU nesse colegiado e compartilhou uma reflexão crítica sobre o uso dos
712 recursos do fundo, destacando a falta de uma destinação estratégica e a pulverização das
713 verbas, muitas vezes desvinculadas de uma visão territorial ampla; reforçou a importância de
714 os representantes atuarem com foco na articulação de políticas públicas – como habitação de
715 interesse social, mobilidade, meio ambiente e políticas sociais – voltadas a territórios
716 específicos, de forma a cumprir o verdadeiro papel do Fundurb de transformação urbana com
717 impacto positivo e estruturante; finalizou agradecendo e incentivando os novos conselheiros
718 indicados; com a palavra, a Sra. Secretária Executiva, Talita Veiga Cavallari Fonseca, agradeceu
719 ao Sr. Eduardo pelas considerações e, em seguida, esclareceu que não pretendia iniciar nova
720 pauta, mas registrar que está sendo elaborado um novo plano de trabalho, considerando todas
721 as contribuições apresentadas no ano anterior; informou que o referido plano será
722 apresentado aos conselheiros antes da reunião ordinária de fevereiro; comunicou ainda que as
723 inscrições para a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU e para a Câmara Técnica de
724 Legislação Urbanística – CTLU foram prorrogadas até o dia 03 de março de 2024,
725 permanecendo o acesso pelo mesmo link já divulgado; comprometeu-se a reenviar o referido
726 link aos conselheiros; concluiu informando que será realizada reunião extraordinária para
727 deliberação sobre as referidas inscrições; em sequência, com a palavra, o Sr. Conselheiro
728 Titular, Mauro Sérgio Calliari, questionou se, até a data mencionada, haveria confirmação
729 quanto à validação das inscrições efetuadas; em réplica, a Sra. Secretária Executiva, Talita
730 Veiga Cavallari Fonseca, esclareceu que todas as inscrições recebidas por meio do link
731 disponibilizado foram devidamente recepcionadas e consideradas válidas; com a palavra, a
732 Sra. Secretária Executiva, Talita Veiga Cavallari Fonseca, informou que o próximo conselho a
733 ser tratado seria o OFMSAI – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, o
734 qual possui uma vaga destinada à representação da sociedade civil oriunda do CMPU, tendo
735 sido recebidas inscrições para tal fim; em seguida, com a palavra, o Sr. Conselheiro Titular,
736 Francisco João Moreirão de Magalhães, solicitou esclarecimento quanto ao encaminhamento
737 da votação, destacando a importância de se estabelecer previamente os critérios,
738 especialmente diante da utilização de expressões que, a seu ver, geraram dúvidas; reforçou
739 que, conforme já definido em deliberação de dois anos anteriores, nas votações referentes aos
740 representantes da sociedade civil, apenas os conselheiros deste segmento possuem direito a
741 voto; reiterou que a participação dos representantes do Poder Público restringe-se à escolha
742 de seus próprios pares, sendo vedado deliberar sobre representantes da sociedade civil, o que
743 se mostrou consenso em momento anterior e, por isso, não se tratava de novidade para o
744 presente processo; em sequência, com a palavra, o Sr. Presidente Suplente, José Armênio de
745 Brito Cruz, referindo-se à manifestação anterior do Conselheiro Francisco João Moreirão de
746 Magalhães, afirmou considerar relevante registrar em ata sua posição quanto à
747 regulamentação aplicável, destacando que, embora respeite o entendimento apresentado,
748 entende que a representação no âmbito do FUNDURB se diferencia das regras adotadas na
749 CPPU e no OFMSAI; esclareceu que, no caso específico do FUNDURB, a vaga é destinada a um
750 representante do CMPU, enquanto colegiado, e não exclusivamente da sociedade civil;
751 ressaltou que, embora em votações anteriores tenha havido consenso quanto à participação

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

752 exclusiva da sociedade civil, caso surja uma disputa, considera legítimo reconhecer que todos
753 os membros do CMPU, independentemente do segmento, teriam direito ao voto; afirmou que
754 não pretendia abrir debate naquele momento, mas apenas registrar sua interpretação pessoal,
755 reconhecendo a possibilidade de consulta futura à assessoria jurídica competente para melhor
756 fundamentar a questão; finalizou reiterando que, em sua leitura, a representação no
757 FUNDURB é institucional, sendo do CMPU como um todo, e não apenas de um setor
758 específico; em seguida, com a palavra, a Sra. Secretária Executiva, Talita Veiga Cavallari
759 Fonseca, complementou os apontamentos do Sr. Presidente Suplente, esclarecendo que, para
760 a presente reunião, está sendo adotado o procedimento conforme exposto pelo Sr. Francisco
761 João Moreirão de Magalhães, ou seja, a indicação da vaga da sociedade civil ao referido
762 conselho está sendo realizada exclusivamente pelos representantes da sociedade civil no
763 CMPU; destacou que, embora tenha sido externada a opinião divergente do Presidente
764 Suplente, houve consenso quanto à forma adotada, o que permitiu a aprovação por
765 unanimidade dos presentes, ressaltando que o processo de indicação transcorreu de maneira
766 positiva e colaborativa; com a palavra, a Sra. Conselheira Titular, Stela de Camargo Dalt,
767 manifestou-se para registrar que, embora a indicação tenha sido aprovada por todos os
768 presentes, a deliberação efetiva foi realizada unicamente pelos conselheiros da sociedade civil,
769 não havendo manifestação dos representantes do Poder Público; destacou que tal silêncio foi
770 compreendido como concordância tácita, diante do entendimento coletivo de que caberia
771 exclusivamente à sociedade civil a decisão sobre a referida indicação; ressaltou ainda que,
772 conforme já adotado em reuniões da CTLU, cada segmento deve votar em seus próprios
773 representantes; em réplica, a Sra. Secretária Executiva, Talita Veiga Cavallari Fonseca,
774 mencionou que tal procedimento encontra respaldo no decreto vigente, o que justifica a
775 distinção entre as regras aplicáveis aos diferentes conselhos; retomando a palavra, a Sra. Stela
776 reforçou que a representação da sociedade civil deve ocorrer de forma autônoma, sem
777 interferência do governo, considerando que este já se encontra representado nos órgãos
778 deliberativos responsáveis pela alocação de recursos e investimentos, concluindo sua
779 intervenção ao reiterar a defesa da autonomia da sociedade civil nesses espaços; na
780 sequência, com a palavra, o Sr. Presidente Suplente, José Armênio de Brito Cruz, fez questão
781 de registrar correção à fala anterior da Sra. Secretária Executiva, esclarecendo que sua
782 manifestação não se tratava meramente de uma opinião pessoal, mas sim de uma
783 interpretação da norma regulamentar vigente; afirmou reconhecer a possibilidade de equívoco
784 em sua leitura, porém reforçou que sua fala foi baseada em compreensão da redação legal e
785 não em posicionamento subjetivo; concluiu propondo o prosseguimento da pauta; em
786 sequência, com a palavra, a Sra. Secretária Executiva, Talita Veiga Cavallari Fonseca, informou
787 que, para a vaga referente ao FM-SAI, foram recebidas três inscrições válidas, esclarecendo
788 que houve inicialmente uma duplicidade de registros; prosseguiu apresentando as
789 candidaturas recebidas, sendo para titular a Sra. Severina Ramos do Amaral da Silva, da OMM
790 A, e a Sra. Verônica Kroll, da União de Amigos e Moradores da Zona Sul; para a suplência,
791 foram inscritas a Sra. Marilene Ribeiro de Souza, da OMM E, e novamente a Sra. Severina
792 Ramos do Amaral da Silva, indicada também como suplente; mencionou ainda a necessidade
793 de observância ao decreto que estabelece a paridade de gênero na composição dos conselhos,

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

794 destacando que tal requisito se aplica apenas aos órgãos de controle social; informou que
795 traria, na sequência, a relação dos conselhos sujeitos a essa exigência legal; por fim, propôs a
796 construção de consenso entre os inscritos, à semelhança do processo adotado anteriormente;
797 com a palavra, o Sr. Conselheiro Titular, Benedito Roberto Barbosa (UMM), ao constatar a
798 existência de duas inscrições oriundas da OMM, sugeriu, em nome de sua entidade, um apelo
799 ao companheiro André, solicitando a possibilidade de que a Sra. Verônica Kroll abra mão de
800 sua candidatura em favor da Sra. Severina Ramos do Amaral da Silva, em reciprocidade ao
801 apoio anteriormente manifestado no processo de escolha de representantes para o FUNDURB;
802 em seguida, a Sra. Secretária Executiva, Talita Veiga Cavallari Fonseca, complementou a
803 informação, mencionando também a inscrição da Sra. Marilene Ribeiro de Souza; retornando a
804 palavra ao Sr. Benedito, este destacou a necessidade de manifestação prévia do Sr. André
805 antes da deliberação sobre o próximo ponto; a Sra. Secretária Executiva esclareceu, por fim,
806 que a Sra. Verônica Kroll não se encontrava presente na reunião, impossibilitando sua
807 manifestação direta sobre o pedido de desistência; com a palavra, o Titular, Sr. José André de
808 Araujo, UMPMA, cumprimentou os presentes na pessoa do Presidente da reunião e demais
809 conselheiros, lembrando que, conforme conversado anteriormente, tratava-se da
810 composição do Conselho, mencionando que a Sra. Verônica, embora ausente nesta reunião
811 por estar envolvida com compromisso referente à reintegração de posse junto ao batalhão da
812 Polícia Militar, teria sido indicada como titular, cabendo à outra entidade indicar a suplente;
813 em seguida, com a palavra, o Titular, Sr. Benedito Roberto Barbosa, UMM, ponderou que a
814 questão deveria ser consultada com as conselheiras mulheres da entidade, não podendo
815 decidir sozinho; em sequência, o Sr. José André reforçou que o Sr. Benedito estivera presente
816 na reunião anterior, inclusive com a participação do Sr. Rodrigo, que possuía uma postura
817 conciliadora; com a palavra, o Sr. Benedito esclareceu que seu entendimento era de que a
818 titularidade caberia à entidade UMM, sendo a suplência designada à UMPMA, porém ressaltou
819 a necessidade de consultar as companheiras presentes; prosseguiu indagando à Sra. Vilmar e
820 à Sra. Severina sobre a possibilidade de a suplência ficar com a UMM, esclarecendo que, caso
821 positivo, uma das representantes teria de deixar o posto, mencionando ainda a Sra. Marilene
822 como possível envolvida na composição da suplência; em seguida, com a palavra, a Suplente,
823 Sra. Marilene Ribeiro de Souza, UMM, esclareceu que utiliza o nome social Marilene Mara,
824 relatando que sua inscrição foi realizada no início do processo, em meio à expectativa de
825 recesso e à correria de fim de ano; destacou que, posteriormente, ocorreram outras reuniões
826 nas quais foi indicada a Sra. Severina, mas, como sua inscrição já havia sido formalizada, não
827 havia como revertê-la à época; por tais razões, comunicou a retirada de sua candidatura,
828 sugerindo, diante da ausência da Sra. Verônica e da presença da Sra. Severina, que esta
829 assumisse a titularidade e a Sra. Verônica a suplência, desde que em comum acordo entre
830 ambas; na sequência, com a palavra, a Titular, Sra. Severina Ramos do Amaral da Silva, UMM,
831 informou que sua inscrição inicial fora realizada para a titularidade; no entanto, em razão de
832 comunicação posterior do Sr. Benedito Barbosa, na ocasião da reunião ocorrida com o Polis, na
833 qual não pôde estar presente, foi indicada como suplente e, diante disso, declarou acatar o
834 entendimento firmado naquele momento; em seguida, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga
835 Cavallari Fonseca, questionou se havia consenso quanto à designação da Sra. Verônica Kroll

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

836 como titular e da Sra. Severina como suplente, sendo a afirmação confirmada; com a palavra, o
837 Titular, Sr. José André de Araujo, UMPMA, parabenizou as companheiras pela harmonia e
838 cooperação no processo, destacando a Sra. Severina como uma valiosa adição ao conselho e
839 estendendo reconhecimento à Sra. Marilene, ressaltando que a Sra. Verônica, ausente na
840 reunião, não poderá tomar posse neste momento, mas poderá ser indicada como titular
841 futuramente; em complemento, a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca registrou que, conforme
842 minuta da Resolução nº 002, deliberada na 48ª Reunião Extraordinária do CMPU, realizada em
843 18 de janeiro de 2024, e com base na Lei nº 16.050/2014 e no art. 10 da Lei nº 14.934/2009,
844 que trata da composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e
845 Infraestrutura – FMSAI, fica indicada como representante titular da sociedade civil a Sra.
846 Verônica Kroll e, como respectiva suplente, a Sra. Severina Ramos do Amaral da Silva, decisão
847 tomada por consenso da sociedade civil do CMPU; em seguida, com a palavra, a Secretária
848 Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, propôs o prosseguimento da pauta, informando
849 que publicaria no chat os nomes dos inscritos, com o apoio da conselheira Fernanda; explicou
850 que estavam em deliberação duas vagas para o Comitê Intersecretarial de Monitoramento e
851 Avaliação da Implementação do Plano Diretor Estratégico – SIMPD, sendo necessário indicar
852 dois representantes titulares e dois suplentes da sociedade civil do CMPU; ressaltou que, por
853 não se tratar de um conselho de controle social, o comitê é composto majoritariamente por
854 representantes do poder público, havendo apenas essas duas vagas destinadas à sociedade
855 civil, motivo pelo qual, neste caso, não se aplica obrigatoriamente a exigência de paridade de
856 gênero prevista em decreto; em sequência, procedeu à leitura dos nomes indicados: como
857 titulares, os Srs. Eduardo Della Manna, da Fecomércio, Benedito Roberto Barbosa, da UMM,
858 José de Jesus Ferreira da Silva, da UMM, Sra. Ana Paula Lima, do CPM Macrorregião Oeste, e
859 Sr. Fábio Jorge Benini Cabral, do CPM Macrorregião Centro; e, como suplentes, Sra. Viviane
860 Silva dos Reis, da UMM, Sra. Thaline Nunes Rocha, do CPM Macrorregião Norte 2, e Sr. Durval
861 Nicolau Tabach, do CPM Macrorregião Sul 1; por fim, questionou se seria possível a construção
862 de consenso entre os presentes quanto à definição dos nomes para compor o referido comitê;
863 com a palavra, o Titular, Sr. Benedito Roberto Barbosa, UMM, questionou a quantidade de
864 vagas disponíveis, sendo informado pela Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari
865 Fonseca, que tratava-se de quatro vagas no total, sendo duas para titulares e duas para
866 suplentes, com oito pessoas inscritas, sendo cinco para titularidade e três para suplência; em
867 seguida, o Sr. Benedito declarou que não via problema na composição e não considerava
868 tratar-se de uma disputa, estando de acordo com os encaminhamentos; com a palavra, o
869 Suplente, Sr. Eduardo Della Manna, Fecomércio/SP, manifestou-se satisfeito com os nomes
870 indicados, declarando sua retirada da candidatura e colocando-se à disposição para colaborar
871 com o comitê sempre que necessário; em seguida, com a palavra, o Titular, Sr. Durval Tabach,
872 CPM Macrorregião Sul 1, esclareceu que havia se inscrito em conjunto com a Sra. Ana Paula, e
873 que, diante do número de interessados superior às vagas disponíveis, também optava por
874 retirar sua candidatura, com o intuito de facilitar o consenso; a Sra. Talita registrou as
875 desistências e observou que permaneciam em disputa os nomes do Sr. José de Jesus
876 (Zequinha), Sra. Ana Paula, Sra. Viviane e Sra. Thaline; mencionou, ainda, que o Sr. Fábio Jorge
877 Benini Cabral (Fabinho) também estava entre os indicados, e questionou se o Sr. Zequinha se

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

878 encontrava presente na reunião, informando que, segundo a lista de participantes, não
879 constava sua presença sob o nome José de Jesus; com a palavra, o Titular, Sr. Benedito
880 Roberto Barbosa, UMM, observou que o Sr. José de Jesus (Zequinha) não havia se manifestado
881 quanto à participação e tampouco apresentara justificativa para sua ausência, ao contrário do
882 caso da Sra. Verônica, cuja ausência foi explicada anteriormente pelo Sr. José André devido à
883 participação em atividade relacionada à reintegração de posse; em seguida, com a palavra, a
884 Titular, Sra. Severina Ramos do Amaral da Silva, UMM, informou que, por não estar na
885 associação naquele momento, não poderia confirmar a situação do Sr. Zequinha, destacando
886 que ele não lhe deu retorno nem solicitou o link da reunião, de modo que desconhecia os
887 motivos de sua ausência; antes de formalizar a deliberação, a Secretária Executiva, Sra. Talita
888 Veiga Cavallari Fonseca, consultou os conselheiros sobre a proposta apresentada pelo Sr.
889 Benedito Roberto Barbosa, UMM, de composição dos representantes da sociedade civil no
890 SIMPD, indicando como titulares a Sra. Ana Paula Lima e o Sr. Fábio Jorge Benini Cabral
891 (Fabinho) e, como respectivas suplentes, a Sra. Viviane Silva dos Reis e a Sra. Thaline Nunes
892 Rocha; com a palavra, o Sr. Benedito manifestou concordância, afirmando estar satisfeito com
893 a proposta e destacando a importância do comprometimento da comissão com suas
894 atribuições; a Sra. Talita prosseguiu reiterando que os trabalhos envolverão o
895 compartilhamento de informações entre o CMPU e outros conselhos e, após breve pausa para
896 resolução de instabilidade na transmissão pelo YouTube, confirmou o retorno da conexão e
897 deu sequência ao registro da decisão; procedeu à leitura da minuta da Resolução SMULOTEC
898 nº 003/2024, consignando que o CMPU, em sua 48ª Reunião Extraordinária, realizada em 18
899 de janeiro de 2024, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei nº 16.050/2014 e o art. 3º
900 do Decreto nº 57.490/2016, resolve indicar como representantes da sociedade civil no Comitê
901 Intersecretarial de Monitoramento e Avaliação da Implementação do PDE – SIMPD: Titular 1,
902 Sra. Ana Paula Lima; Suplente 1, Sra. Viviane Silva dos Reis; Titular 2, Sr. Fábio Jorge Benini
903 Cabral; e Suplente 2, Sra. Thaline Nunes Rocha; destacou, por fim, que a deliberação se deu
904 por consenso entre os conselheiros da sociedade civil e agradeceu a colaboração de todos; em
905 seguida, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, introduziu o último item da
906 pauta referente à indicação de representantes da sociedade civil para o CMPT – Comissão do
907 Patrimônio Imobiliário, informando tratar-se de uma vaga, composta por um titular e um
908 respectivo suplente, com a obrigatoriedade de atendimento à paridade de gênero, conforme
909 determinado em decreto; comunicou que estavam inscritos a Sra. Severina Ramos do Amaral
910 da Silva, UMM, como titular, o Sr. Benedito Roberto Barbosa, UMM, como suplente, e a Sra.
911 Ana Luiza Dalcin Aragão, CPC UMES, destacando que havia uma duplicidade de inscrição do Sr.
912 Benedito; com a palavra, o Sr. Benedito observou que, considerando que a Sra. Severina já
913 estava indicada como suplente na composição do FMSAI, não seria adequado que integrasse
914 simultaneamente duas comissões, propondo, assim, uma nova composição em que ele
915 assumiria a titularidade no CMPT, com a Sra. Ana Luiza como suplente, ou, caso necessário
916 para cumprimento da paridade de gênero, sugeriu a inversão: a Sra. Ana Luiza como titular e
917 ele como suplente, demonstrando flexibilidade quanto à definição final; em seguida, a
918 Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, ponderou que, embora fosse
919 necessário avaliar o conjunto das indicações, no momento a composição com ao menos uma

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

mulher na suplência atenderia às exigências do decreto referente à paridade de gênero; com a palavra, o Titular, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, sugeriu, considerando que o Sr. Benedito não integraria outras comissões e a representatividade da Sra. Ana Luiza no segmento cultural, que fosse designada como titular, ficando o Sr. Benedito como suplente; o Sr. Benedito concordou prontamente, afirmando confiar plenamente na representação das mulheres e destacando que desejava integrar a Comissão do Patrimônio Imobiliário por interesse direto em acompanhar o destino dos bens públicos, especialmente diante de recentes discussões legislativas sobre a gestão patrimonial municipal; em tom descontraído, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, fez uma observação quanto à distinção entre patrimônio imobiliário e patrimônio cultural, ao que o Sr. Benedito respondeu com bom humor, reconhecendo o comentário e agradecendo pelo esclarecimento, reafirmando seu interesse em aprender mais sobre os processos em curso; a Sra. Talita concluiu o ponto com leveza, refutando a modéstia do Sr. Benedito e destacando sua ativa participação no debate; em seguida, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, deu continuidade à formalização da deliberação, procedendo à leitura da minuta da Resolução nº 004/2024, registrando que o Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, em sua 48ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de janeiro de 2024, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei nº 16.050/2014, considerando o disposto no art. 79 do Decreto nº 62.208/2023, que estabelece a composição da Comissão do Patrimônio Imobiliário do Município de São Paulo – CMPT, resolve indicar, como representante titular da sociedade civil, a Sra. Ana Luiza Dalcin Aragão, e como representante suplente, o Sr. Benedito Roberto Barbosa, composição esta aprovada por consenso entre os conselheiros da sociedade civil do CMPU; na sequência, a Sra. Talita agradeceu a todos e registrou que havia a mão levantada da conselheira Sra. Lucila, que havia se desconectado da reunião; tentou contato com a conselheira, que estava com o microfone aberto, mas sem áudio; enquanto isso, concedeu a palavra à Sra. Simone Sales, que também havia solicitado fala, parabenizando todos os indicados e também os que abriram mão de suas candidaturas, saudando especialmente os novos representantes; com a palavra, a Titular, Sra. Simone Salles de Oliveira Chaves, UMM, cumprimentou os presentes e agradeceu a confiança depositada em sua indicação como conselheira do CMPU, destacando que seu principal objetivo é compreender por que o desenvolvimento urbano não alcança os territórios de maior vulnerabilidade; questionou a falta de compromisso dos representantes políticos, especialmente os vereadores, que não acolhem as demandas levadas por aqueles que vivem e conhecem o cotidiano das periferias; criticou duramente a desigualdade social existente no Estado de São Paulo, apontando o contraste entre sua riqueza e os altos índices de exclusão; manifestou indignação diante da afirmação de que os governos municipal e estadual trabalham de forma integrada, considerando tal alegação absurda, sobretudo diante de mortes causadas por fios elétricos expostos, inundações e ausência de investimentos estruturais adequados, que afetam não apenas a periferia, mas também bairros como Moema; afirmou que sua intenção é não apenas compreender essa realidade, mas atuar, ainda que reconheça que essa responsabilidade não deveria recair sobre os conselheiros da sociedade civil; finalizou mencionando que a reunião atual reproduz pautas de encontros anteriores, evidenciando que as discussões permanecem recorrentes e pouco resolutivas, e ressaltou que,

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

962 apesar do consenso construído entre os conselheiros, todos se encontram “no mesmo barco”,
963 sofrendo os efeitos de uma má gestão em âmbito municipal e estadual; lamentou, por fim, o
964 fato de que, embora ouvidos, os conselheiros da sociedade civil não são efetivamente
965 atendidos, classificando como desoladora sua experiência nas audiências públicas do Plano
966 Diretor; com a palavra, a Titular, Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, SAPP, lembrou que, na
967 reunião anterior, conduzida pela Chefe de Gabinete da SMUL, constava na pauta a indicação
968 ou referendo de representantes pelo CMPU para o Grupo Gestor da Área de Intervenção
969 Urbana – AIU do Centro; informou que, à época, a conselheira Sra. Renata apontou possíveis
970 irregularidades no processo, e que a SMUL comprometeu-se a apresentar um parecer jurídico
971 sobre o tema, o qual, até o presente momento, não havia sido enviado aos conselheiros;
972 solicitou, portanto, informações sobre o andamento da questão; em resposta, a Secretária
973 Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, esclareceu que um processo SEI foi aberto e
974 encaminhado ao setor jurídico, conforme acordado em reunião anterior, porém, ainda não
975 houve retorno oficial; reforçou que, enquanto não houver manifestação jurídica formal, o
976 tema não será incluído novamente na pauta para deliberação; informou ainda que o número
977 do processo SEI será encaminhado aos conselheiros para acompanhamento; com a palavra, a
978 Titular, Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, SAPP, expressou dúvida quanto à possível existência
979 de nomeações já publicadas no Diário Oficial relacionadas à representação na AIU do Setor
980 Central, questionando se algumas pessoas teriam sido indicadas ou inscritas; em resposta, a
981 Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, esclareceu que a única publicação
982 relacionada ao CMPU foi uma resolução anterior, cuja portaria havia sido efetivamente
983 publicada, porém a atualização prevista não foi realizada em virtude da pendência do parecer
984 jurídico; em seguida, o Suplente, Sr. Eduardo Della Manna, Fecomércio/SP, complementou que
985 a conselheira Lucila provavelmente fazia referência a outra situação, relacionada à eleição de
986 entidades da sociedade civil – como representantes da área de teatro e do Instituto Polis –
987 realizada recentemente no âmbito da AIU do Setor Central; com a palavra, o Titular, Sr.
988 Benedito Roberto Barbosa, UMM, lembrou que, na reunião anterior, houve intensa
989 discussão quanto à representação do setor empresarial, ao que o Sr. Eduardo reiterou seu
990 entendimento sobre a distinção dos processos mencionados pela Sra. Lucila; retomando a fala,
991 a Sra. Lucila solicitou esclarecimentos sobre o que, de fato, estava pendente de parecer da
992 Procuradoria do Município e o que correspondia às indicações mencionadas da área de teatro
993 e outras; a Sra. Talita esclareceu que existem dois processos distintos relacionados à
994 participação na AIU do Setor Central: um conduzido pela São Paulo Urbanismo, com regras
995 próprias e processo eleitoral próprio, do qual resultaram as indicações citadas; e outro
996 referente à indicação formal do CMPU, cuja deliberação depende de parecer jurídico em razão
997 de divergência de entendimento sobre a forma adequada de representação – se deveria ser
998 indicada diretamente pelo CMPU, como ocorre com outras instâncias como Fundurb, FMSAI e
999 CMPT, ou se poderia ser uma indicação externa específica de determinado setor, como o
1000 empresarial, comercial ou industrial; ressaltou, por fim, que após a resolução anterior não
1001 houve nova nomeação referente a esse tema no âmbito do CMPU, estando o assunto ainda
1002 pendente de definição jurídica; em seguida, a Titular, Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, SAPP,
1003 buscou confirmar o encaminhamento do processo, questionando se a sequência correta seria,

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1004 primeiro, o recebimento do parecer da Procuradoria e, a partir dele, a realização de eventual
1005 eleição ou indicação conforme o entendimento jurídico; em resposta, o Presidente Suplente,
1006 Sr. José Armênio de Brito Cruz, confirmou que o envio à Procuradoria visava justamente
1007 esclarecer a divergência de interpretações sobre a forma adequada de representação, razão
1008 pela qual o CMPU aguardava essa definição; a Sra. Lucila agradeceu e reforçou que seu
1009 objetivo era obter informações atualizadas sobre o andamento do tema, mencionando ter tido
1010 dificuldade em compreender a distinção entre as indicações feitas pela São Paulo Urbanismo e
1011 aquelas sob responsabilidade do CMPU; a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari
1012 Fonseca, esclareceu que tal diferenciação está prevista na legislação específica da AIU e nos
1013 decretos que regem o processo, e que as indicações conduzidas pela São Paulo Urbanismo
1014 seguem um rito distinto daquele adotado pelo CMPU; em seguida, com a palavra, o Titular, Sr.
1015 Durval Tabach, solicitou, antes do encerramento da reunião, que a Secretária Executiva, Sra.
1016 Talita Veiga Cavallari Fonseca, apresentasse uma atualização sobre a situação das comissões
1017 CTLU (Comissão Técnica de Legislação Urbanística) e CPPU (Comissão de Proteção à Paisagem
1018 Urbana); mencionou ter recebido comunicado acerca da prorrogação de prazos, mas não se
1019 recordava até quando, nem do número de indicações pendentes, destacando que há menos
1020 indicações do que o exigido pela legislação; questionou se os próximos passos poderiam incluir
1021 uma nova rodada de indicações e se haveria, novamente, a possibilidade de o CMPU
1022 encaminhar uma lista com número exato de representantes, como ocorreu anteriormente,
1023 ficando a indicação final a cargo do Prefeito; por fim, indagou sobre a previsão de posse dos
1024 novos representantes das referidas comissões; em resposta ao questionamento do Sr. Durval
1025 Tabach, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, informou que os processos
1026 de indicação para as comissões CTLU e CPPU foram prorrogados até o dia 3 de março,
1027 atendendo a pedidos de conselheiros da sociedade civil, considerando também as dificuldades
1028 enfrentadas pelas entidades durante o período de festas e recesso, especialmente para
1029 obtenção das assinaturas exigidas; explicou que, além de não haver o número mínimo de
1030 indicações conforme o previsto nos decretos, houve baixa adesão nos segmentos de
1031 movimentos sociais de bairro e conselhos de políticas públicas e setoriais, especialmente no
1032 caso da CTLU; reforçou que o prazo de prorrogação foi estendido ao limite possível, uma vez
1033 que o término do mandato atual está previsto para 19 de abril; destacou ainda que, após o
1034 encerramento das inscrições, será necessário um período para recepção e análise da
1035 documentação, incluindo comprovação de experiência profissional no caso da CTLU; somente
1036 após essa etapa, as indicações serão levadas ao CMPU para deliberação; esclareceu que o
1037 processo também inclui elaboração de minuta de portaria, avaliação jurídica, envio à Casa Civil
1038 e publicação oficial por meio de decreto assinado pelo Prefeito, sendo que todas essas etapas
1039 devem ser concluídas antes das próximas reuniões ordinárias da CTLU e da CPPU; em seguida,
1040 com a palavra, o Suplente, Sr. Fábio Jorge Benini Cabral, justificou a ausência de vídeo em
1041 razão de problemas técnicos causados pela chuva, e agradeceu a confiança dos conselheiros
1042 pela sua indicação ao CIMPDE; comprometeu-se a atuar com empenho e em diálogo
1043 democrático com os demais representantes, destacando a importância da construção coletiva
1044 e da colaboração com o poder público, reforçando temas recorrentes debatidos ao longo da
1045 reunião; finalizou desejando sucesso a todos os indicados aos diversos conselhos; na

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1046 sequência, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, agradeceu a participação
1047 do conselheiro, parabenizou a todos os indicados e informou que os procedimentos de
1048 encaminhamento às respectivas instâncias seriam providenciados; em seguida, passou a
1049 palavra ao Suplente, Sr. Eduardo Della Manna, Fecomércio/SP, que elogiou a fala do Sr. Fábio,
1050 destacando a relevância da articulação entre os conselhos setoriais como uma das atribuições
1051 essenciais do CMPU; mencionou conselhos como o de Habitação, o de Saneamento Ambiental
1052 e Infraestrutura (FMSAI), o CADZ, o CMTT, o Conpresp e o extinto Conselho de Planejamento e
1053 Orçamento Participativo, além dos diversos conselhos participativos municipais; sugeriu que,
1054 dada a experiência do Sr. Fábio, ele poderia liderar tal articulação dentro do CMPU,
1055 parabenizando-o pela iniciativa; em seguida, com a palavra, o Titular, Sr. Francisco João
1056 Moreirão de Magalhães, lembrou que, conforme mencionado anteriormente pela Secretária
1057 Executiva, alguns conselheiros estavam enfrentando dificuldades técnicas para registrar seu
1058 apoio ao documento em defesa da composição do CMPU; sugeriu, portanto, que fosse aberta
1059 a oportunidade para manifestações verbais; a Sra. Talita confirmou que a conselheira Elodia já
1060 havia se manifestado, e informou que o conselheiro Ivan havia conseguido restabelecer sua
1061 conexão; com a palavra, o Titular, Sr. Ivan Carlos Maglio, SEESP, declarou apoio integral ao
1062 documento e informou ser um dos signatários, solicitando também o apoio formal do
1063 conselho; em seguida, a Titular, Sra. Elodia Fátima Filippini, reforçou seu apoio ao documento
1064 assinado pelo Sr. Nabil, justificando que não conseguiu registrar no chat; com a palavra, o
1065 Titular, Sr. Benedito Roberto Barbosa, UMM, registrou apoio ao documento e solicitou a
1066 inclusão de todos os membros da UMM presentes – Sra. Severina, Sra. Marilene, Sra. Mara e
1067 Sr. Jefferson; a Titular, Sra. Tereza Beatriz Ribeiro Herling, Mackenzie, manifestou apoio em
1068 nome do setor acadêmico e do núcleo São Paulo do BR Cidades; a Sra. Talita informou que os
1069 nomes estavam sendo anotados, especialmente aqueles que não conseguiram registrar
1070 anteriormente; com a palavra, o Titular, Sr. Nabil Georges Bonduki, FAU-USP, solicitou que os
1071 nomes dos apoiadores fossem enviados para conferência e sugeriu que todos os manifestantes
1072 favoráveis ao documento tivessem seus nomes registrados em ata; a Sra. Talita confirmou que
1073 todos os apoios seriam devidamente incluídos no documento e na ata, e que seria realizada
1074 uma conferência adicional, incluindo o levantamento prévio feito pelo conselheiro Daniel, a
1075 fim de garantir a exatidão dos registros; em seguida, com a palavra, o Presidente Suplente, Sr.
1076 José Armenio de Brito Cruz, ressaltou a necessidade de encaminhar o documento com os
1077 apoios registrados de forma célere, sugerindo que, se possível, fosse enviado ainda no mesmo
1078 dia; antes de encerrar a reunião, parabenizou todos os conselheiros eleitos ou indicados para
1079 os diversos conselhos – Fundurb, SIMPDE, FMSAI, entre outros – destacando a importância dos
1080 papéis que desempenharão; agradeceu também pelas contribuições técnicas e de conteúdo
1081 apresentadas durante a reunião, especialmente aquelas voltadas à temática do zoneamento
1082 urbano, afirmando que tais colaborações são fundamentais para aprimorar os debates e que o
1083 poder público não se considera isolado nesse processo, valorizando o envolvimento da
1084 sociedade civil nas discussões; **07)** Não havendo mais assuntos a serem tratados, o
1085 Presidente suplente fez suas considerações finais, agradeceu a participação do colegiado e
1086 encerrou a reunião às 17h28min.

PRESIDÊNCIA

MARCOS DUQUE GADELHO

PRESIDENTE

APOIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA CAVALARI VEIGA

SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANE

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

BEATRIZ BRUNO MENDES

SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SG

REGINA MARIA SILVERIO

SUPLENTE

SECRETARIA DE FINANÇAS – SF

VINICIUS PEDRON MACÁRIO

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT

MICHELE PEREA CAVINATO

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO – SMDT

ARMANDO DE ALMEIDA PINTO JUNIOR

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SMDH

MARCOS PAULO CAMPOS FERREIRA DA COSTA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

TIAGO OLIVEIRA DIAS

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – SMIT

ROGER WILLIANS DA FONSECA

TITULAR

SÃO PAULO URBANISMO – SP URBANISMO

GUILHERME HENRIQUE FATORELLI DEL'ARCO

TITULAR

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR – COHAB

KEILA CRISTINA MARINS CARDOSO

SUPLENTE

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - CMTT

MAURO SÉRGIO CALLIARI

TITULAR

SOCIEDADE CIVIL

SUBPREFEITURA

MACRORREGIÃO SUL 2

JOÃO PAULO LO PRETE

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL

MACRORREGIÃO NORTE 2

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES

TITULAR

MACRORREGIÃO OESTE

ANA PAULA LIMA

TITULAR

MACRORREGIÃO LESTE 1

ELODIA FÁTIMA FILIPPINI

TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH

TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 2

ANGELI FRANCO NOBRE

TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 1

BENEDITO ROBERTO BARBOSA (UMM)

TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 2

SEVERINA RAMOS DO AMARAL DA SILVA (UMM)

TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 3

SIMONE SALLES DE OLIVEIRA CHAVES (UMM)

TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 4

JEFFERSON CARLOS DA SILVA (UMM)

SUPLENTE

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 1

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA (SAPP)

TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2

MARIA LAURA FOGAÇA ZEI (ASSAMPALBA)

SUPLENTE

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 4

JOSÉ ANDRÉ DE ARAUJO (UMPMA)

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 1

RICARDO GASPARI (SINAENCO)

SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 2

ANDY ALEXANDRE GRUBER (SECOVI-SP)

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 4

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT (ACSP)

TITULAR

ENTIDADES SINDICAIS

IVAN CARLOS MAGLIO (SEESP)

TITULAR

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL - ONG

RODRIGO FARIA GONÇALVES IACOVINI (PÓLIS)

TITULAR

ENTIDADES PROFISSIONAIS

JULIA AZEVEDO MORETTI (IBDU)

SUPLENTE

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA 1

TEREZA BEATRIZ RIBEIRO HERLING (MACK)

TITULAR

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA 1

NABIL GEORGES BONDUKI (FAU-USP)

TITULAR

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS

ELOISE TORRES AMADO (CBCS)

TITULAR

MOVIMENTOS CULTURAIS

ANA LUIZA DALCIN ARAGÃO (CPC-UMES)

SUPLENTE

ENTIDADES RELIGIOSAS

SANDRA RAMALHOSO (MITRA)

TITULAR